

A REFORMA DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Athos Gusmão Carneiro

Desembargador do Tribunal de Justiça do RS
Professor de Direito Processual Civil na Faculdade de Direito da UFRGS
e na Escola Superior da Magistratura da AJURIS

Decorrido mais de um decênio de aplicação do vigente CPC, já se tornou perfeitamente possível, ante a vasta elaboração jurisprudencial e doutrinária, e, mais do que isso, afigura-se necessária uma apreciação crítica de seu grau de eficiência como instrumento para composição das lides civis (ou melhor, das lides de natureza não criminal). Algumas das inovações consagradas pelo Código de 1973 revelaram-se do maior merecimento, tais como o julgamento antecipado da lide, a melhor sistematização do processo cautelar, o recurso adesivo, o aprimoramento doutrinário dos textos. Novidades outras, embora interessantes do ponto de vista doutrinário, suscitaram perplexidades e simplesmente se mantiveram em desuso, como a ação declaratória incidental. Noutros pontos, embora não estruturais, o

CPC necessita de urgentes reformas, no sentido de, pelo aprimoramento de determinados procedimentos, conceder ao processo maior rapidez e operacionalidade. Assim, por exemplo, no alusivo ao agravo de instrumento, cujo rito o tornou o mais demorado e burocratizado dos recursos, ou no pertinente ao procedimento sumaríssimo (*rectius*, procedimento sumário), que conceituado jurista declarou ser um procedimento realmente 'ordinário'.

Tendo em vista tais realidades, o Governo Federal nomeou comissão de processualistas insígnies, que apresentou douto e interessante anteprojeto de reforma, publicado, para recebimento de sugestões, no Diário Oficial da União de 24 de dezembro do ano transacto.

A Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul,



por ato de seu Diretor Prof. Almiro do Couto e Silva, nomeou, para o estudo de tal anteprojeto, grupo de trabalho constituído pelos professores Des. Luiz Melibio Uiraçaba Machado, Dr. Ovídio Baptista da Silva e pelo signatário; este grupo de trabalho considerou, após análise da matéria no limitado espaço de tempo disponível, conveniente propor várias alterações ao anteprojeto, inclusive através o *destaque*, para apreciação preferencial pelo Poder Legislativo, das modificações que entendeu de maior importância e urgência.

Vale salientar, inicialmente, que as modificações preconizadas no anteprojeto da Comissão Ministerial podem ser assim resumidas:

1. *Alterações* tendentes estritamente a aumentar a operacionalidade prática do processo, a proporcionar-lhe mais rapidez e mais eficiência. Assim, *v. g.*, as alterações relativas à citação pelo Correio, à simplificação do procedimento dito 'sumaríssimo', ao agravo de instrumento, à conciliação em momento liminar e, como ponto o mais expressivo do procedimento, ao preparo prévio dos recursos, à simplificação do recurso extraordinário em 1º grau de jurisdição, a determinadas modificações em procedimentos especiais como a ação consignatória e a ação de usucapião, etc.

2. *Alterações* que visam à correção do Código em aspectos dou-

trinários, como, *v. g.*, a supressão do art. 467, que define a coisa julgada material, ou a alteração do art. 472, relativo aos limites subjetivos da coisa julgada.

3. O projeto da Comissão Ministerial introduz, outrossim, *modificações estruturais* no vigente Código, como em parte no pertinente às execuções e, principalmente, na completa reformulação do Livro III do Processo Cautelar.

Quer parecer, todavia, que os temas em debate e apreciação não devem ser submetidos ao colendo Poder Legislativo de uma só feita, salvo se admitirmos venha o projeto de reforma ser submetido a longo, penoso e exaustivo debate perante as Casas do Congresso, correndo o risco, grave risco, de as modificações de urgência, com as quais praticamente todos os estudiosos e aplicadores do direito concordam, serem procrastinadas em decorrência da apreciação conjunta de temas altamente controvertidos na doutrina. Assim, *v. g.*, cremos estão todos concordes em que o procedimento sumaríssimo (*rectius*, sumário) não cumpre adequadamente as finalidades para as quais foi criado, e que o agravo de instrumento, tal como existe, é recurso extremamente complicado, demorado e oneroso (daí, note-se, a multiplicação de mandados de segurança visando pelo menos dar efeito

suspensivo aos agravos, ou suspender a eficácia das decisões agravadas). São males que entorpecem o processo, minam a confiança popular na Justiça, dão causa a justas queixas das partes e dos advogados, preocupam os Juízes e os jurisperitos.

Nada aconselha, destarte, dada a máxima vênia, que a reformulação do CPC nesses pontos, e em outros tais, venha a ser entorpecida, quicá procrastinada quase indefinidamente, pelo debate em torno a temas sem dúvida relevantíssimos, mas cuja apreciação, pelas próprias controvérsias doutrinárias, não será rápida nem pacífica.

Tendo em vista tais circunstâncias, a comissão constituída pela Faculdade de Direito alvitrou sejam as alterações ao vigente CPC submetidas ao Congresso Nacional em *dois tempos*, e mediante *dois projetos*. Num primeiro projeto serão adotadas as medidas que se afiguram de suma urgência, e respeito às quais provavelmente não deverão ocorrer controvérsias de maior profundidade. Numa segunda etapa, alterações de relevo doutrinário poderão ser propostas.

No *substitutivo*, que se segue, e seguindo as linhas mestras do projeto proposto com excelência pela illustre Comissão Ministerial, buscou-se:

a) *Evitar* as alterações ditadas mais por motivos de mero aprimoramento técnico do atual Código.

b) *Evitar* alterações ditadas por motivos preponderantemente de ordem doutrinária.

c) *Evitar* alterações de estrutura do atual Código.

d) *Evitar* alterações realmente de somenos.

e) *Adotar* alterações seguindo as linhas jurisprudenciais dominantes em temas objeto de controvérsia.

f) *Adotar* alterações tendentes à simplificação do procedimento e à busca da conciliação, ou seja, da paz social como um dos escopos maiores do processo.

Vale explicitar algumas das alterações sugeridas ao anteprojeto da Comissão Ministerial:

1) *Ao art. 10* — Buscou-se dirimir antiga dúvida, sempre presente, explicando que também para as demandas possessórias sobre bens imóveis é necessária a vênia conjugal para propô-las, devendo ambos os cônjuges, em tais demandas, serem citados como réus.

2) *Ao art. 20* — É proposta ao § 3º alteração que permita abrangência também das ações condenatórias com sentença de improcedência. É alvitrada a supressão do § 5º, fonte permanente de dúvidas e que impõe honorários excessivamente altos nas demandas indenizatórias com pagamentos parcelados (percentual de honorários sobre o 'capital', destinado a produzir os rendimentos garantidores do pagamento das pensões).

3) *Ao art. 33* — Introdução de um parágrafo, para que o perito não perceba seus honorários *antes* de apresentar o laudo. Será fator de real aceleração nos feitos, sempre tão procrastinados nos casos em que há necessidade de prova pericial.

4) *São canceladas* as alterações que a Comissão Ministerial propõe aos arts. 46 e 47. Principalmente quanto a este último, o tema é de altíssima relevância doutrinária, mas a redação atual, embora passível de crítica fundada, não oferece real prejuízo prático.

5) *Ao art. 70, I* — Inclusão da expressão 'de imediato', ressalvando assim expressamente ao evicto, quando não houver a denúncia facultativa, a possibilidade de futura ação regressiva, em processo autônomo. Note-se que com frequência a denúncia da lide tem servido mais para a demora que para o escopo de simplificação e economia processuais.

6) *Ao art. 82, III* — É mantida a intervenção do MP nos feitos em que for parte a Fazenda e 'aos demais casos previstos em lei'.

7) *Ao art. 217, I* — É de bom alvitre permitir que o funcionário público seja citado em sua repartição, assim como os empregados privados podem ser citados em seus locais de trabalho.

8) *Ao art. 219, § 7º* — Pareceu inconveniente a introdução de um

§ 7º, vinculado ao tema da interposição prévia exigida em lei, pois se cuida de matéria mais de direito material e sujeita a progressiva construção jurisprudencial.

9) *Aos arts. 222 e 232* — Impõe-se realmente a citação pelo correio como forma normal e comum de chamamento a juízo, mas convém algumas exceções, como por exemplo nos casos de incapacidade do citando, ou se o demandante, que terá suas razões (*v. g.*, citando morador em vila popular ou em conjunto de subabitações onde as casas não tenham numeração ou não haja arruamento regular, dificultando ou impossibilitando o trabalho do carteiro), vier a requerer expressamente a citação por intermédio de Oficial de Justiça.

No que toca ao art. 232, nada menos conducente à finalidade de *divulgação* no seio da comunidade do que a publicação em órgão oficial; portanto, a onerosa publicação em órgão oficial pode e deve ser dispensada, fazendo-se as publicações editórias em jornal *de ampla circulação local*, onde houver. Não é preciso que o jornal seja local, a circulação é que deve ser local, ainda que o jornal tenha sede em outra comarca.

10) *O procedimento sumaríssimo* passa à denominação, mais própria, de procedimento *sumário*. Sumaríssimo é, isto sim, o procedimento previsto para os Juizados de Pequenas Causas.

11. O substitutivo *reformula a casuística do procedimento 'sumário'*, eliminando casos de jurisdição voluntária, como a nunca vista, nos tempos modernos, 'eleição de cabecel', e também afastando casos em que geralmente se impõe a realização de prova pericial, como as questões de vizinhança, ou as ações visando servidões de caminho. Buscou-se, ainda, excluir do procedimento sumário as ações em que o debate assume em geral certa maior complexidade, como na maioria das hipóteses da letra *h*: comissão mercantil, gestão de negócios, edição, mandato, etc.

12. É adotada orientação simplificadora e operacional do *rito sumário*, permitida a reconvenção desde que fundada nos mesmos fatos referidos na inicial.

13. Discordamos, dada a máxima vênica, da generalização do *uso da gravação* nas audiências do procedimento sumário. Cremos que a experiência demonstra que a gravação, a uma primeira vista providência desburocratizante, realmente termina por dificultar o processo sempre que o julgamento não se realize de imediato ou quando houver recurso à Instância Superior. Se o Juiz não puder sentenciar de imediato, ou se for interposto recurso, haverá necessidade de transcrever a gravação, com enorme risco de infidelidade (pessoas com má dicção, palavras inaudíveis, con-

versas paralelas, ruídos de fundo) e grande perda de tempo. Mais adequado o uso facultativo, e que deve ser incrementado, da *taquigrafia* ou da *estenotipia*, ou modernos métodos equivalentes, de muito mais fácil autenticação e transcrição.

Como providência realmente indispensável a um processo realmente sumário, não serão admissíveis a intervenção de terceiros e a declaratória incidental. Claro que, não podendo intervir terceiros, estarão sempre ressalvadas as ações autônomas contra os terceiros, ou dos terceiros contra as partes. O recurso de agravo, via de regra, será retido nos autos. Espera-se, com estas sugestões, tornar operacional o procedimento sumário, que pela sistemática atual demora tanto, e pode assumir tanta complexidade, quanto o procedimento sob rito comum ordinário.

14. No pertinente à simplificação da prova pericial, o substitutivo adota, em suas linhas gerais, as propostas da Comissão Ministerial.

15. Assim também no alusivo aos embargos de declaração, retirados do rol dos recursos.

16. O substitutivo busca igualmente simplificar e tornar operacional o sistema de *uniformização de jurisprudência*, que no anteprojeto consta dos arts. 479-A a 479-F. Nos casos de multiplicação de demandas contra a mesma parte (ou pela mesma parte contra vários e sucessivos

réus), envolvendo a *mesma tese jurídica*, qualquer magistrado de 2º grau poderá pedir o pronunciamento prévio do órgão competente, a fim de ser apurado o entendimento dominante, que será lançado em súmula, a ser observada pelas Câmaras ou Turmas julgadoras. Far-se-á a revisão das súmulas de conformidade com o disposto no Regimento Interno de cada Tribunal.

17. No alusivo ao importantíssimo tema dos *recursos*, o substitutivo propõe, de início, a uniformização do prazo recursal em quinze dias, inclusive, pois, para o agravo de instrumento. Note-se de logo a vantagem nas hipóteses de fungibilidade recursal, salientando-se que o atraso nos processos não decorre dos prazos maiores ou menores, mas sim das demoras na intimação às partes e advogados, na busca de testemunha, na prova pericial, nos adiamentos de audiência, na falta de Juízes, e assim por diante.

18. O substitutivo em anexo *mantém o reexame necessário* (art. 475 do CPC) que o anteprojeto pretende suprimir. O duplo grau de jurisdição, nas causas em que esteja presente interesse público acentuado, pode encontrar críticas sob ângulos doutrinários, mas encontra relevantíssimos motivos de ordem prática para sua manutenção, mesmo naquelas unidades da Federação em que a defesa judicial do Estado

esteja sendo feita por órgãos especializados.

19. O substitutivo prevê, outrossim, para casos especiais, a possibilidade de *execução provisória da sentença apelável* (§§ 1º e 2º do art. 520 do substitutivo).

20. *Quanto ao agravo*, propomos nova redação aos arts. 522 e segs. do CPC. O rito do agravo de instrumento é um dos pontos criticáveis do vigente CPC, pela sua complexidade e demora, quando deveria ser simples e expedito. Assim, sob o título genérico de 'do agravo', distinguindo-se o agravo retido e o de instrumento, é previsto para o agravo de instrumento não só o prévio preparo como também, tendo em vista os quinze dias concedidos para interpor o recurso, deverá o agravante *apresentar, desde logo, com a petição recursal, os traslados que lhe interessarem*. Nos quinze dias subsequentes, o agravado responderá e apresentará, também ele, os traslados de seu interesse. Assim completado o instrumento, com a possibilidade de o Juiz mandar anexar novos traslados, e não sendo reformada a decisão, de imediato subirá o recurso à Superior Instância. A teor deste novo rito, estão afastados os motivos maiores de demora: a formulação do instrumento pelo cartório, as sucessivas intimações, o prazo para a conta e o preparo, etc. Vale de logo adiantar a

possibilidade de o Relator, em Superior Instância, provocado pelo interessado, deferir efeito suspensivo ao agravo, em casos especiais (art. 558, redação proposta).

21. Quanto ao recurso de *embargos infringentes*, busca o substitutivo incluir, no art. 530 do CPC, o mandado de segurança, como já ocorreu no Código de 1939. Atualmente, nem mesmo nas apelações em mandado de segurança, embora decididas com voto divergente, permite o STF a interposição de tais embargos. Em se cuidando de garantia constitucional, não parece adequado conceder ao interessado menores oportunidades recursais que aquelas deferidas nas ações sob rito comum ou especial, previstas para os casos em que o direito alegado não se apresente como líquido e certo.

22. No *recurso extraordinário*, o substitutivo apenas alarga realisticamente de cinco para quinze dias o prazo para o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal decidir da admissão da inconformidade.

23. É alterada a redação do art. 557 do CPC para permitir o indeferimento liminar não só do agravo como também da apelação, nos casos de ostensiva inadmissibilidade ou manifesta improcedência, medida esta que poderá contribuir para desafogar a pauta dos Tribunais, e que tem sido empregada com real utilidade, nos casos de agravo, no Tribunal de

Justiça do Rio Grande do Sul. Da decisão de indeferimento liminar, para resguardo do direito da parte, é previsto recurso para o colegiado, no mesmo prazo de quinze dias. Digase que este recurso, CPC vigente, art. 557, parágrafo único, tem sido utilizado muito limitadamente, realçando-se assim a utilidade prática do indeferimento liminar dos recursos.

24. O art. 558 adotou redação que busca eliminar o uso do mandado de segurança como 'medida cautelar'. Assim, pendente agravo de instrumento, ou apelação sem efeito suspensivo, poderá o recorrente desde logo solicitar ao Tribunal a suspensão da eficácia da decisão objeto do recurso, desde que comprove justificado receio de lesão grave e de difícil reparação, bem como a relevância dos fundamentos do próprio recurso. Sorteado Relator no Tribunal, com competência desde logo preventiva para a apreciação do próprio recurso, dito Relator decidirá sobre o pedido de suspensão.

25. No *processo de execução*, as modificações propostas ao CPC, neste primeiro objeto substitutivo, são de menor monta, suprimindo-se muitas alterações que poderiam ensejar dúvidas maiores. É mantida a penhora nos bens imóveis mediante mandado ao Oficial do Registro Imobiliário (art. 659, § 4º). São mantidos dispositivos de corrigenda a manifestar

impropriedades em artigos relativos aos embargos do executado.

26. O substitutivo mantém as propostas tendentes à simplificação do procedimento nas *ações de consignação em pagamento* e nas *ações*

de usucapião. São igualmente adotadas as sugestões da proposta da Comissão Ministerial no alusivo ao *arrolamento*, elidindo-se as muitas perplexidades que atualmente subsistem no pertinente ao pagamento dos tributos.

**SUBSTITUTIVO AO ANTEPROJETO DE REFORMA
DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Apresentado por comissão integrada pelos:
Des. Athos Gusmão Carneiro, Presidente
Des. Luiz Melício Uiracaba Machado
Dr. Ovídio Baptista da Silva

.....
Art. 6º — ...

Parágrafo único — As entidades públicas e privadas poderão ingressar em juízo na defesa de interesses transindividuais que se incluam entre suas finalidades estatutárias.

Art. 9º — ...

I — ...

II — o revel, quando citado por edital ou com hora certa, bem como quando estiver preso.

Parágrafo único — Suprimir.

Art. 10 — O cônjuge somente necessitará do consentimento do outro para propor ações reais imobiliárias, e ações possessórias sobre bens imóveis.

Parágrafo único — Ambos os cônjuges serão, necessariamente, citados para as ações:

I — reais imobiliárias e possessórias sobre bens imóveis;

II a IV — manter.

Art. 11 — A vênia conjugal pode suprir-se judicialmente quando um cônjuge a recuse ao outro, sem justo motivo, ou lhe seja impossível dá-la.

§ 1º — A vênia conjugal, não suprida pelo Juiz, quando necessária, acarreta a extinção do processo.

§ 2º — Havendo urgência, o suprimimento poderá ser pedido ao Juiz no próprio processo.



Art. 20 — ...

§ 3º — Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor efetivo da pretensão formulada na demanda, atendidos:

a) o grau de competência e zelo profissionais;

b) o lugar de prestação do serviço;

c) a natureza, importância e valor da causa, o trabalho produzido pelo advogado e o tempo exigido para sua realização.

...

§ 5º — Suprimir.

Art. 33 — ...

Parágrafo único — O Juiz poderá determinar que a parte responsável pelo pagamento dos honorários do perito deposite em juízo o valor correspondente a essa remuneração, mas o numerário deverá, neste caso, ser recolhido em depósito bancário, a ordem do juízo para ser entregue ao perito depois que este haja entregue o respectivo laudo em cartório.

Art. 70 — É admissível a denunciação da lide:

I — ao alienante, na ação real sobre a coisa, cujo domínio foi transferido à parte, a fim de que esta possa exercer, de imediato, o direito que da evicção lhe resulta;

II — ...

III — ...

Art. 76 — A sentença, que julgar a ação, decidirá, conforme o caso, quanto ao direito do evicto, ou à responsabilidade por perdas e danos, valendo como título executivo.

Art. 82 — ...

I — ...

II — ...

III — nas causas de interesse da União, Estado, Município e respectivas autarquias, e nos demais casos previstos em lei.

Art. 112 — Argúi-se, por meio de exceção, a incompetência relativa, que não poderá ser declarada de ofício.

Art. 125 — ...

I — ...

II — ...

III — ...

IV — tentar, a qualquer tempo, conciliar as partes.

Art. 138 — ...

I — ...

II — ...

III — ao perito.

Art. 146 — ...

Parágrafo único — A escusa será apresentada dentro de cinco dias, contados da intimação ou do impedimento superveniente, sob pena de se reputar renunciado o direito de alegá-la (art. 423).

Art. 162 — ...

§ 1º — ...

§ 2º — ...

§ 3º — ...

§ 4º — Os atos meramente ordinatórios, como a juntada e a vista obrigatória, não dependem de despacho, devendo ser praticados de ofício pelo Escrivão, cujos erros o Juiz corrigirá.

Art. 170 — É lícito o uso da gravação, da taquigrafia, da estenotipia ou de processo equivalente, em qualquer juízo ou Tribunal.

Art. 217 — ...

I — Suprimir.

Art. 219 — A citação válida torna prevento o juízo, salvo no caso do art. 106, produz litispendência e faz litigiosa a coisa; e, ainda quando ordenada por Juiz incompetente, constitui em mora o devedor e interrompe a prescrição.

§§ 1º a 6º — Manter.

Art. 222 — A citação será feita pelo Correio, para qualquer comarca do país, exceto:

- a) nas ações de estado;
- b) quando for ré pessoa de direito público;
- c) quando for ré pessoa incapaz;
- d) quando a parte a requerer por outra forma.

Art. 224 — Far-se-á a citação por meio de Oficial de Justiça nos casos ressalvados no art. 222, ou quando frustrada a citação pelo Correio.

Art. 230 — Nas comarcas contíguas, e de fácil acesso, o Oficial de Justiça poderá, em qualquer delas, efetuar citações e intimações.

Art. 232 — ...

I — ...

II — ...

III — a publicação do edital, no prazo máximo de quinze dias, pelo menos duas vezes em jornal de ampla circulação local, onde houver;

IV — ...

V — ...

§ 1º — Juntar-se-á aos autos comprovantes de cada publicação, bem como do anúncio, de que trata o n. II deste artigo.

§ 2º — O Juiz poderá também determinar avisos por via radiofônica, atendidas as condições da comarca.

§ 3º — Nos casos de assistência judiciária gratuita, a publicação em jornal será feita, preferencialmente, no órgão oficial.

Art. 238 — As intimações serão feitas ao advogado, e, na falta deste, às partes ou aos seus representantes legais.

Art. 239 — Suprimir.

Art. 241 — ...

I — ...

II — ...

III — ...

IV — ...

V — quando a citação ou intimação for pelo Correio, da data da juntada aos autos do aviso de recebimento.

Art. 242 — ...

§ 1º — ...

§ 2º — Suprimir.

§ 3º — ...

Art. 246 — É nulo o processo quando o Ministério Público, não intimado a acompanhar o feito em que deva intervir, demonstrar a probabilidade de prejuízo.

Parágrafo único — Se o Juiz acolher o requerimento, anulará o processo a partir do momento em que o órgão do Ministério Público deveria ter sido intimado.

Art. 259 — ...

I — ...

II — ...

III — ...

IV — ...

V — quando o litígio tiver por objeto a existência, validade, cumprimento ou rescisão de negócio jurídico, o valor do contrato, salvo:

a) nas ações relativas à locação, em que o valor será o correspondente a doze vezes o aluguel vigente na data do ajuizamento da demanda;

b) na ação de consignação em pagamento, em que o valor da causa será o correspondente ao débito do qual se quer liberar o autor, obedecido, em se tratando de prestações sucessivas, ao disposto no art. 260;

VI — ...

VII — Suprimir.

Parágrafo único — No caso do n. V, se o pedido não abranger a totalidade do negócio jurídico, o valor da causa será reduzido proporcionalmente.

Art. 261 — ...

§ 1º — A impugnação não será considerada quando não alterar o tipo de procedimento ou a competência recursal, nem constituir óbice ao cabimento de recursos.

§ 2º — Não havendo impugnação, presume-se aceito o valor atribuído à causa na petição inicial.

§ 3º — O disposto nos parágrafos anteriores não se aplica às hipóteses em que o valor da causa é fixado em lei, casos em que o Juiz pode, de ofício, corrigi-lo.

Art. 272 — O procedimento comum é ordinário ou sumário.

CAPÍTULO III

Do procedimento sumário

Art. 272 — Observar-se-á o procedimento sumário:

I — nas causas, cujo valor não exceder vinte vezes o valor do salário mínimo;

II — nas causas, qualquer que seja o valor:

a) que versem sobre a posse ou direitos reais relativos a móveis e semoventes;

b) de arrendamento rural e de parceria agrícola;

c) de cobrança ao condômino de tributos e despesas devidos ao condomínio, excluída a cobrança de créditos especificamente aprovados em assembléia geral (art. 585, item 7º);

d) de ressarcimento por danos em prédio urbano;

e) de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre;

f) de cobrança do seguro obrigatório, relativamente aos danos causados por veículo de via terrestre;

g) relativos a contrato de transporte, de qualquer natureza;



h) de cobrança de honorários dos profissionais liberais, ressalvado o disposto em legislação especial;

i) de adjudicação compulsória.

Parágrafo único — Esse procedimento não será observado nas ações relativas ao estado e à capacidade das pessoas, e nos casos que versem sobre a posse ou direitos reais relativos a imóveis.

Art. 276 — Na petição inicial (arts. 282 e 283), o autor apresentará o rol de testemunhas e, se requerer perícia, formulará os quesitos e poderá indicar assistente técnico.

Art. 277 — O Juiz designará a audiência de conciliação, a ser realizada no prazo máximo de vinte dias, citando-se o réu com a expressa advertência da consequência prevista no § 2º deste artigo e determinando-se o comparecimento das partes.

§ 1º — Poderá o Juiz ser auxiliado por conciliador, recrutado em regime de serviço honorário, na forma da lei de organização judiciária.

§ 2º — Deixando o réu de comparecer, injustificadamente, à audiência de conciliação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados na inicial (art. 319), salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz, proferindo-se, desde logo, a sentença.

§ 3º — Obtida a conciliação, será reduzida, a escrito, e homologada pelo Juiz, mediante sentença.

Art. 278 — Não obtida a conciliação, terá o réu quinze dias, a contar da audiência, independentemente de intimação, para apresentar a resposta, com ela oferecendo documentos e rol de testemunhas; e, se requerer perícia, formulará os quesitos e poderá indicar assistente técnico.

§ 1º — É lícito ao réu, na oportunidade da resposta, formular reconvenção, desde que fundada nos mesmos fatos referidos na inicial.

§ 2º — Havendo necessidade de produção de prova oral e, não ocorrendo qualquer das hipóteses previstas nos arts. 329 e 330, I e II, será designada audiência de instrução e julgamento para data próxima, não excedente de 30 dias, a contar da apresentação da resposta.

Art. 279 — Os atos probatórios realizados em audiência poderão ser documentados, mediante taquigrafia ou estenotipia, ou sistemas similares, fazendo-se a respectiva transcrição, nos casos de recurso, ou antes da sentença se o determinar o Juiz.

Parágrafo único — Nas comarcas ou varas em que não for possível a taquigrafia, a estenotipia ou meio semelhante, os depoimentos serão reduzidos a termo, do qual constará apenas o essencial.

Art. 280 — No procedimento sumário:

a) não será admissível ação declaratória incidental, nem a intervenção de terceiro;

b) das decisões sobre matéria probatória, ou proferidas em audiência, o agravo será sempre retido;

c) a sentença deve ser proferida no prazo de cento e vinte dias, a contar da propositura da ação.

Art. 281 — Finda a instrução e os debates orais, o Juiz proferirá sentença, na própria audiência ou no prazo máximo de dez dias.

Parágrafo único — As partes poderão requerer a juntada do resumo escrito de suas alegações orais.

Art. 319 — Se o réu não contestar a ação, reputar-se-ão verdadeiros os fatos afirmados pelo autor, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz.

Art. 331 — Se não se verificar nenhuma das hipóteses previstas nas secções precedentes, o Juiz designará a audiência de conciliação, a realizar-se no prazo máximo de vinte dias, determinando o comparecimento das partes.

§ 1º — Obtida a conciliação, será reduzida a escrito e homologada mediante sentença.

§ 2º — Não obtida a conciliação, de imediato o Juiz fixará os pontos básicos controvertidos e designará a audiência de instrução e julgamento, decidindo sobre as provas a serem produzidas.

§ 3º — Deferida a realização de prova pericial, o Juiz nomeará perito e facultará às partes a indicação dos respectivos assistentes técnicos; concluída a prova pericial e, não havendo necessidade de colheita de prova oral, será dispensada a realização de audiência.

Art. 417 — O depoimento, depois de datilografado ou em sua versão taquigráfica ou de estenotípia, ou sistema equivalente, será assinado pelo Juiz, pela testemunha e pelos procuradores.

§ 2º — Determinando o Juiz, solicitando a parte, ou havendo recurso da sentença, o depoimento será passado para a versão datilografado.

Art. 421 — O Juiz nomeará o perito, fixando de imediato o prazo para entrega do laudo.

§ 1º — ...

§ 2º — Suprimir.

§ 3º — Quando a prova do fato permitir, a perícia consistirá apenas na inquirição, pelo Juiz, do técnico de sua confiança e dos assistentes indicados pelas partes.

Art. 422 — O perito e os assistentes técnicos cumprirão conscienciosamente o encargo que lhes for cometido, independentemente de termo de compromisso.

Art. 423 — O perito pode escusar-se (art. 146), ou ser recusado por impedimento ou suspeição (art. 138, III); ao aceitar a escusa ou ao julgar procedente a impugnação, o Juiz nomeará novo perito.

Art. 424 — O perito pode ser substituído quando:

I — ...

II — sem motivo legítimo, recusar o encargo.

Parágrafo único — Manter.

Art. 427 — Suprimir.

Art. 430 — Suprimir.

Art. 431 — Suprimir.

Art. 432 — ...

Parágrafo único — Suprimir.

Art. 433 — O perito apresentará o laudo em cartório no prazo fixado pelo Juiz, com, pelo menos, trinta dias de antecedência da audiência de instrução e julgamento. Não o fazendo, o Juiz o substituirá e impor-lhe-á multa que não excederá o valor de dez salários mínimos.

§ 1º — Os assistentes técnicos oferecerão suas observações no prazo comum de dez dias, após a apresentação do laudo, sendo, para tanto, intimados na pessoa do procurador da parte que os tenha indicado.

Art. 447 — Suprimir.

Art. 448 — Suprimir.

Art. 449 — Suprimir.

Art. 451 — Suprimir.

Art. 454 — ...

§ 1º — ...

§ 2º — ...

§ 3º — Quando a causa apresentar questões complexas de fato ou de direito, o debate oral poderá ser substituído por razões finais escritas, caso em que o Juiz fixará prazo, não superior a quinze dias, para sua entrega em cartório.

Art. 455 — A audiência é una e contínua. Não sendo possível concluir, num só dia, a instrução, o Juiz, desde logo, marcará o seu prosseguimento para dia próximo.

Art. 459 — ...

Parágrafo único — Ao proferir sentença condenatória, o Juiz somente poderá proferir sentença ilíquida quando não dispuser de elementos para fixar o valor da condenação ou para individualizá-lo o objeto, devendo sempre especificar a forma de liquidação.

Art. 464 — Cabem embargos de declaração a todas as decisões judiciais (arts. 162 e 163) quando:

I — houver na decisão obscuridade ou contradição;

II — for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se a decisão.

Art. 465 — Os embargos serão opostos de cinco dias contados da publicação da decisão; conclusos os autos, o Juiz os decidirá em mesmo prazo.

§ 1º — No Tribunal, o Relator apresentará o feito em mesa para julgamento na primeira sessão seguinte.

§ 2º — Os embargos de declaração interrompem o prazo para interposição de recursos, por qualquer das partes.

§ 3º — Quando manifestamente protelatórios, o órgão julgador, declarando expressamente que o são, condenará o embargante a pagar ao embargado multa, não excedente de 1% sobre o valor da causa, sem prejuízo das sanções do art. 16.

Art. 479-A — Quando contra a mesma parte estiverem em curso múltiplas demandas que envolvam a mesma tese jurídica, qualquer Juiz, ao dar o voto, poderá propor o pronunciamento prévio do Tribunal ou do órgão competente sobre o ponto comum de direito.

Parágrafo único — Igual procedimento é admitido quando a parte comum às múltiplas demandas for a parte autora.

Art. 479-B — Deferida a uniformização, serão suspensas as demandas; ouvido, se for caso, o Ministério Público no prazo improrrogável de vinte dias, será designada data para julgamento.

§ 1º — Serão distribuídos a todos os julgadores cópias das peças indicadas pelo Relator.

§ 2º — A decisão, quando tomada pelo voto da maioria absoluta dos membros que integram o Tribunal ou o órgão competente, será objeto de súmula fixando o entendimento a ser observado pelas Câmaras ou Turmas julgadoras, em todos os julgamentos futuros.

Art. 479-C — A revisão das súmulas, adotadas consoante o artigo anterior, será feita na forma prevista no Regimento Interno do Tribunal.

Art. 486 — Os atos das partes, que não dependam de sentença ou em que esta for meramente homologatória, podem ser anulados como os atos jurídicos em geral, nos termos da lei civil.

Art. 496 — São cabíveis os seguintes recursos:

- I — apelação;
- II — agravo;
- III — embargos infringentes;
- IV — recurso extraordinário.

Art. 506 — O prazo para interposição do recurso, aplicável em todos os casos o disposto no art. 184 e seus parágrafos, contar-se-á da data:

- I — da audiência, quando nela for proferida a sentença;
- II — da intimação da decisão às partes, quando não proferida em audiência;
- III — da publicação das conclusões do acórdão no órgão oficial.

Art. 508 — Em todos os recursos o prazo para interpor e para responder será sempre de quinze dias.

Art. 509 — ...

Parágrafo único — Suprimir.

Art. 511 — No ato da interposição do recurso, o recorrente comprovará, sob pena de deserção, o respectivo preparo, que inclui o porte de retorno.

Parágrafo único — São dispensados de preparo ou recursos interpostos pelo Ministério Público, pela União, Estados e Municípios e respectivas autarquias, e pelas entidades da administração indireta, que gozem de isenção legal.

Art. 516 — Ficam também submetidas ao Tribunal as questões anteriores à sentença, que não tenham sido decididas.

Art. 518 — Interposta a apelação, o Juiz, declarando os efeitos por ela produzidos, mandará dar vista ao apelado, para responder.

Art. 519 — Suprimir.

Art. 520 — ...

I — ...

II — ...

III — ...

IV — ...

V — rejeitar liminarmente embargos à execução, ou julgá-los improcedentes.

§ 1º — O Juiz poderá admitir a execução provisória da sentença apelável, fora dos casos previstos neste artigo, quando houver fundado receio de

que a demora no julgamento do recurso possa causar ao vencedor prejuízo grave e de difícil reparação.

§ 2º — Para conceder a execução provisória, na hipótese prevista no § 1º deste artigo, o Juiz, ao apreciar o pedido, levará, igualmente, em conta, o grau de probabilidade de que a sentença seja definitivamente confirmada, podendo ordenar que o requerente preste caução.

CAPÍTULO III

Do agravo

Art. 522 — Ressalvado o disposto nos arts. 504 e 513, das decisões proferidas no processo caberá agravo de instrumento ou agravo retido nos autos.

Art. 523 — O agravante poderá interpor agravo retido nos autos, a fim de que dele conheça o Tribunal, preliminarmente, por ocasião do julgamento da apelação.

§ 1º — Reputar-se-á que a parte desistiu do agravo se, nas razões ou nas contra-razões de apelação, expressamente não pedir sua apreciação pelo Tribunal.

§ 2º — O agravo interposto de decisão final proferida em incidente atuado em apartado subirá nos autos do próprio incidente, dispensada a formação do instrumento.

§ 3º — Das decisões proferidas no curso da audiência de instrução e julgamento, o agravo retido poderá ser interposto oralmente, ficando consignado no respectivo termo.

§ 4º — Será sempre retido o agravo das decisões posteriores à sentença.

§ 5º — Independe de preparo o agravo retido.

Art. 524 — O agravo de instrumento será interposto por petição, que conterá:

- I — a exposição do fato e do direito;
- II — as razões do pedido de reforma da decisão;
- III — a relação das peças do processo apresentadas em traslado pelo agravante.

§ 1º — Com a petição serão apresentados os traslados, devendo ser obrigatoriamente trasladadas a decisão agravada, a certidão da respectiva intimação e a procuração outorgada ao advogado do agravante, salvo se outra instruir a petição de agravo. Quando extraídos por método de reprografia, os traslados serão autenticados pelo próprio procurador.

§ 2º — O agravante, na mesma oportunidade, apresentará igualmente comprovante do pagamento das custas taxadas para o recurso, inclusive as do Tribunal e porte de retorno, e poderá oferecer documentos novos.

Art. 525 — Recebido o agravo, será intimado o agravado para, no prazo de quinze dias, responder e apresentar traslado de peças dos autos, podendo igualmente juntar documentos novos.

§ 1º — Se o agravado apresentar documento novo, o Escrivão dará vista dos autos ao agravante, pelo prazo de cinco dias.

Art. 526 — A seguir, os autos serão em vinte e quatro horas conclusos, podendo o Juiz determinar o traslado de peças não apresentadas pelas partes, providenciando então o Escrivão, em quarenta e oito horas.

Art. 527 — Os autos do recurso serão remetidos ao Tribunal em quarenta e oito horas, salvo se o Juiz reformar a decisão agravada; neste caso, o Escrivão trasladará para os autos principais o inteiro teor da nova decisão, dela intimando as partes.

Parágrafo único — Não se conformando o agravado com a nova decisão, e se dela couber agravo, poderá requerer em cinco dias a imediata remessa dos autos ao Tribunal, assumindo a posição de agravante e consignando em cartório a importância do preparo feito pela parte contrária, para ser por esta levantado se o Tribunal confirmar a nova decisão.

Art. 528 — O Juiz não poderá negar seguimento ao agravo, ainda que o considere deserto ou interposto fora de prazo legal.

Art. 529 — Se o agravo não for conhecido, ou se for reputado manifestamente improcedente, o recorrente poderá ser condenado (art. 17), em multa em benefício do agravado, até quantia equivalente ao dobro do valor das custas respectivas. Igual faculdade assiste ao Relator, no caso do art. 557.

Art. 530 — Cabem embargos infringentes quando não for unânime o julgado proferido em apelação, em mandado de segurança e em ação rescisória. Se o desacordo for parcial, os embargos serão restritos à matéria objeto da divergência.

Parágrafo único — Não se admitem os embargos:

I — nas apelações de sentença que extinguir o processo sem julgamento do mérito, que decidir causa sob procedimento sumário ou de jurisdição voluntária;

II — nas ações rescisórias de sentença proferidas nas causas de que trata o item anterior.

Art. 531 — Protocolados os embargos, os autos serão conclusos ao Relator do acórdão embargado, a fim de que aprecie o seu cabimento.

Art. 533 — Admitidos os embargos, proceder-se-á ao sorteio de novo Relator.

Parágrafo único — A escolha do Relator recairá, quando possível, em Juiz que não haja participado do julgamento embargado.

Arts. 535 a 538 — Suprimir.

Art. 542 — O recurso será interposto perante o Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal recorrido, mediante petição que conterà:

I — ...

II — a indicação dos motivos de admissibilidade do recurso;

III — os fundamentos jurídicos do pedido de reforma da decisão.

Parágrafo único — Suprimir.

Art. 543 — Recebido o recurso, será aberta vista ao recorrido para impugnar a admissibilidade do recurso e, simultaneamente, dar os fundamentos jurídicos do pedido de confirmação do acórdão.

§ 1º — Findo esse prazo, serão os autos conclusos ao Presidente ou Vice-Presidente do Tribunal, que, salvo em se tratando de recurso condicionado exclusivamente à declaração de relevância da questão federal, em despacho motivado o admitirá, ou não, no prazo de quinze dias.

§ 2º — Admitido o recurso, remeter-se-ão os autos ao Supremo Tribunal Federal.

§ 3º — O recurso extraordinário produz apenas efeito devolutivo.

Art. 545 — Poderá o recorrido requerer carta de sentença para a execução do acórdão, quando for o caso, correndo as despesas com extração da carta por conta do recorrente.

Art. 551 — Tratando-se de apelação, de embargos infringentes, de mandado de segurança e de ação rescisória, os autos serão conclusos ao Revisor.

§ 1º — ...

§ 2º — ...

§ 3º — Nos recursos interpostos nas causas de procedimento sumário, nas ações cautelares e nos processos de jurisdição voluntária, a lei de organização judiciária poderá dispensar a revisão.

Art. 557 — Se a apelação ou o agravo for manifestamente inadmissível ou improcedente, o Relator poderá indeferir-lo, bem como poderá determinar diligência para correção de erros de procedimento, ou, em se tratando de agravo, se estiver insuficientemente instruído.

Parágrafo único — Da decisão de indeferimento caberá recurso, no prazo de quinze dias, ao órgão competente para julgar a apelação ou o agravo.

Interposto o recurso, o Relator imediatamente pedirá dia; se provido, será a apelação mandada processar ou será o agravo de logo apreciado.

Art. 558 — Se o recurso não tiver efeito suspensivo e, relevante a sua fundamentação, houver justificado receio de lesão grave e de difícil reparação, poderá o recorrente, mediante apresentação de cópias da decisão recorrida e do recurso, e de prova de sua interposição, requerer em segunda instância a suspensão da eficácia da decisão recorrida.

§ 1º — Se o Relator deferir o requerimento, dará ciência do seu ato ao juízo perante o qual se interpôs o recurso.

§ 2º — Concedida ou não a suspensão, poderá o interessado, em cinco dias, requerer a apresentação do feito em mesa, para que o órgão confirme ou reforme a decisão do Relator.

§ 3º — A distribuição tornará preventa, para o julgamento do recurso, a competência do Relator e do órgão recursal.

Art. 558-A — A execução provisória concedida pelo Juiz prolator da sentença apelada, na hipótese do art. 520, § 1º, poderá ser suspensa pelo Relator, se o apelante demonstrar que os atos de execução lhe causam, ou ameaçam causar-lhe, dano grave e irreparável.

Parágrafo único — Da decisão do Relator concessiva da suspensão da execução provisória cabe recurso, no prazo de cinco dias, para o órgão colegiado competente para conhecer da apelação.

Art. 563 — Suprimir.

Art. 585 — ...

IV — o crédito decorrente de foro, laudêmio, aluguel ou renda de imóvel, desde que comprovado por contrato escrito;

...

VII — o crédito relativo às despesas ordinárias e extraordinárias de condomínio, desde que especificamente aprovadas em assembléia geral;

VIII — todos os demais títulos a que, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva.

Art. 603 — Quando a sentença não determinar o valor ou não individuar o objeto da condenação, a parte promoverá a sua liquidação, citando pessoalmente o devedor (art. 214).

Art. 604 — Quando a determinação do valor da condenação depender de cálculo aritmético, o credor procederá à sua execução na forma prevista nos arts. 652 e segs., instruindo o pedido com a memória do cálculo. Se o cálculo se referir a valor de bem que tenha cotação em bolsa, cabe ao credor indicar a fonte utilizada.

Art. 605 — Para os fins do art. 570, poderá o devedor proceder ao cálculo na forma do artigo anterior, depositando de imediato o valor apurado.

Art. 652 — . . .

§ 1º — Quando a citação se fizer pelo Correio, o prazo contar-se-á da juntada aos autos do aviso de recebimento, cabendo ao Escrivão certificar a hora em que fez a juntada.

§ 2º — Quando a citação se fizer por mandado, o Oficial de Justiça nele certificará a hora da citação.

§ 3º — Se não localizar o devedor, o Oficial certificará cumpridamente as diligências realizadas para encontrá-lo.

Art. 653 — A penhora será feita sempre por Oficial de Justiça, salvo no caso do § 4º do art. 659. O Oficial, não encontrando o devedor, penhorar-lhe-á tantos bens quantos bastem para garantir a execução.

Parágrafo único — Nos dez dias seguintes à efetivação da penhora, o Oficial procurará o devedor três vezes em dias distintos; não o encontrando, certificará o ocorrido.

Art. 654 — Compete ao credor, dentro de dez dias, contados da data em que for intimado da penhora a que se refere o parágrafo único do artigo anterior, requerer a citação por edital do devedor. Findo o prazo do edital, terá o devedor o prazo a que se refere o art. 652.

Art. 659 — . . .

§ 4º — Recaindo a penhora em bem imóvel registrado, ou em direito real a ele relativo, tornar-se-á ela efetiva mediante mandado do Juiz ao Oficial do Registro de Imóveis competente, observando-se, a seguir, o disposto nos arts. 666 e 669, dispensado auto de penhora.

Art. 669 — Feita a penhora, o Oficial de Justiça intimará o devedor para embargar a execução, no prazo de quinze dias.

§ 1º — . . .

§ 2º — . . .

Art. 736 — . . .

§ 1º — Não embargada a execução por quantia certa, poderá o Juiz, a requerimento do executado, ouvido o exequente no prazo de cinco dias, conceder o parcelamento da dívida, com juros, por prazo não superior a seis meses.

§ 2º — Se o devedor não pagar qualquer parcela, o Juiz determinará de imediato o prosseguimento da execução.

Art. 738 — Os embargos serão oferecidos no prazo de quinze dias, contados:

I — da juntada aos autos do mandado de penhora, devidamente cumprido (art. 669);

II — do depósito;

III — ...

IV — da juntada aos autos do mandado de citação, na execução das obrigações de fazer ou não fazer, e ainda na hipótese do art. 570.

Art. 739 — ...

I — ...

II — quando, em se tratando de embargos à execução de sentença, não se fundarem em algum dos fatos mencionados no art. 741;

III — ...

Art. 740 — Recebidos os embargos, que terão efeito suspensivo, o Juiz mandará intimar o exeqüente para impugná-los no prazo de quinze dias, designando, em seguida, a audiência de instrução e julgamento.

Parágrafo único — ...

Art. 741 — Nos embargos à execução, fundada em sentença, só se poderá alegar: ...

I — ...

II — ...

III — ...

IV — ...

V — ...

VI — ...

VII — Suprimir.

Art. 747 — Na execução por carta, os embargos serão oferecidos no juízo deprecado, que os remeterá ao juízo deprecante, para instrução e julgamento.

Parágrafo único — Quando os embargos tiverem por objeto vícios ou irregularidades de atos do próprio juízo deprecado, caber-lhe-á unicamente o julgamento dessa matéria.

Art. 890 — ...

§ 1º — Tratando-se de obrigação em dinheiro, poderá o devedor ou terceiro optar pelo depósito em nome do credor em estabelecimento oficial de crédito, cientificando-se credor por carta com entrega em mão própria e aviso de recepção, marcando-lhe prazo de quinze dias para a manifestação de recusa.

§ 2º — Decorrido o prazo, sem a manifestação da recusa, reputar-se-á liberado o devedor, independentemente de declaração judicial, ficando o valor depositado definitivamente à disposição do credor.

§ 3º — Ocorrendo a recusa, manifestada por escrito ao estabelecimento de crédito ou ao depositante, poderá este requerer, dentro de vinte dias, a ação consignatória, instruindo a inicial com a prova da recusa e do depósito.

§ 4º — Não proposta a ação de que cuida o parágrafo anterior, ficará sem efeito o depósito.

Art. 893 — Não ocorrendo a hipótese do art. 890, § 1º, o autor na petição inicial requererá:

I — o depósito da quantia ou da coisa devida e recusada pelo credor, efetivando-o no prazo de cinco dias, contados do deferimento;

II — a citação do réu para levantar o depósito ou responder aos termos da demanda.

Art. 896 — Na contestação, o réu pode alegar que:

I a IV — Manter.

Art. 897 — Não sendo oferecida contestação no prazo legal e ocorrendo os efeitos da revelia, o Juiz passará ao julgamento antecipado da lide.

Art. 923 — Suprimir.

Art. 942 — O autor, expondo na petição inicial os fundamentos do pedido e juntando planta do imóvel, requererá a citação pessoal daquele em cujo nome esteja transcrito o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus desconhecidos ou em lugar incerto, observado o disposto no art. 232, inc. IV.

Parágrafo único — Serão cientificados pelo Correio, para que manifestem interesse na causa, os representantes da União, do Estado, do Distrito Federal, do Território e do Município.

Art. 943 — Observar-se-á o procedimento comum ordinário.

Art. 1.031 — Processar-se-á sob forma de arrolamento o inventário e a partilha quando:

I — o valor dos bens do espólio for igual ou inferior a cinco mil Obrigações do Tesouro Nacional;

II — todas as partes forem capazes e assim convencionarem.

Art. 1.032 — Na hipótese do inc. I do artigo precedente, o inventariante nomeado, independentemente da assinatura de termo de compromisso, apresentará, com suas declarações, a atribuição do valor dos bens do espólio e o plano da partilha.

§ 1º — Se qualquer das partes, ou o Ministério Público, impugnar a estimativa, o Juiz nomeará avaliador, que oferecerá laudo em dez dias.

§ 2º — Apresentado o laudo, o Juiz deliberará sobre a partilha, decidindo de plano todas as reclamações e mandando pagar as dívidas não impugnadas.

§ 3º — Lavrar-se-á de tudo um só termo, assinado pelo Juiz e pelas partes presentes.

§ 4º — Aplicam-se a esta espécie de arrolamento, no que couberem, as disposições do art. 1.034 e seus parágrafos, relativamente ao lançamento, ao pagamento e à quitação da taxa judiciária e do imposto sobre a transmissão da propriedade dos bens do espólio.

Art. 1.033 — Nas hipóteses do art. 1.031, II, os herdeiros:

I — requererão ao Juiz a nomeação do inventariante que designarem;

II — declararão os títulos dos herdeiros e os bens do espólio, observado o disposto no art. 993;

III — atribuirão o valor dos bens do espólio, para fins de partilha;

IV — apresentarão a partilha amigável firmada por todos os interessados.

§ 1º — A Fazenda Pública será citada para pronunciar-se sobre os valores atribuídos aos bens, no prazo de trinta dias, importando o seu silêncio em aceitação do atribuído pelos herdeiros.

§ 2º — A partilha amigável será homologada pelo Juiz mediante a prova da quitação da taxa judiciária e do imposto de transmissão relativo aos bens do espólio.

§ 3º — O disposto neste artigo aplica-se ao pedido de adjudicação, quando houver herdeiro único.

Art. 1.034 — ...

§ 1º — ...

§ 2º — O imposto de transmissão será pago pelos herdeiros com base nos valores por eles indicados para os bens, ainda que tenha havido impugnação da Fazenda Pública.

§ 3º — Impugnados os valores pela Fazenda Pública e não havendo anuência dos herdeiros, sem juízo da conclusão do arrolamento, instaurar-se-á procedimento fiscal regular, não ficando a Fazenda Pública adstrita aos valores dos bens do espólio atribuídos pelos herdeiros.